



## **PENSAMENTO CONSERVADOR E TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIOS CONSERVADORES DE PODER**

Rafael Freire de Paula <sup>1</sup>

### **RESUMO**

O objetivo deste texto é apresentar as conexões entre conservadorismo e território, considerando as imaterialidades inerentes a esse tipo de pensamento na formação de valores, crenças e consensos sociais, bem como sua materialização nos territórios em instituições, políticas públicas, construções e/ou alterações legislativas, grupos e redes de poder conservadores e suas estratégias de reprodução política e territorial. Para tanto, foram retomadas bibliografias internacionais e nacionais com início na obra "Reflexões sobre a Revolução na França", escrita em 1790 por Edmund Burke e considerada pela literatura conservadora a gênese da sistematização dessa matriz de pensamento. A partir desse período, foram levantadas referências de destaque do campo conservador até as primeiras décadas do século XXI. Desse modo, foi possível caracterizarmos o pensamento conservador em sua gênese europeia, desenvolvimento nos Estados Unidos e, principalmente, as nuances e particularidades brasileiras. Observamos a relação intrínseca entre pensamento conservador e território na formação e reprodução de territórios conservadores de poder no Brasil, sendo associado, de um lado, aos processos de formação territorial caracterizados pela acumulação primitiva, concentração fundiária e agrupamentos oligárquicos e, de outro, as estratégias de reprodução desses territórios, baseadas no uso do Estado, poder simbólico, mercado, propriedade privada e grupos de poder político, oligárquicos ou não.

**Palavras-chave:** Conservadorismo; Território; Territórios conservadores de poder.

### **ABSTRACT**

The objective of this text is to present the connections between conservatism and territory, considering the immaterialities inherent to this type of thinking in the formation of values, beliefs and social consensus, as well as its materialization in territories in institutions, public policies, constructions and/or legislative changes, conservative power groups and networks and their strategies of political and territorial reproduction. To this end, international and national bibliographies were revisited, beginning with the work "Reflections on the Revolution in France", written in 1790 by Edmund Burke and considered by conservative literature to be the genesis of the systematization of this matrix of thought. From this period onward, prominent references from the conservative field were gathered up to the first decades of the 21st century. Thus, we were able to characterize conservative thought in its European genesis, development in the United States, and, most importantly, its Brazilian nuances and particularities. We observe the intrinsic relationship between conservative thought and territory in the formation and reproduction of conservative territories of power in Brazil, being associated, on the one hand, with the processes of territorial formation characterized by primitive accumulation, land concentration and oligarchic groupings and, on the other, the strategies of reproduction of these territories, based on the use of the State, symbolic power, market, private property and political power groups, oligarchic or not.

**Keywords:** Conservatism; Territory; Conservative territories of power.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Campo Mourão (PR), e-mail: [rafael.paula@unespar.edu.br](mailto:rafael.paula@unespar.edu.br)



## INTRODUÇÃO

Estamos diante de profundas mudanças sociais, econômicas e políticas no Brasil e no mundo, intensificadas no século XXI devido à velocidade das transformações no meio técnico científico informacional, aos avanços do neoliberalismo e aprofundando as relações capitalistas em determinadas regiões do mundo, bem como o fortalecimento de alguns Estados e de visões político-econômicas menos multilateralistas em certos espaços. Nesse contexto político-econômico instável, formas de sociabilidade, ideias, valores, costumes, símbolos, culturas, pautas e distintas realidades transcendem fronteiras e integram debates entre lideranças políticas dos mais diferentes países.

A troca e/ou intercâmbio econômico, político e ideológico, além de outras variáveis que compõem a esfera política, não se restringem ao nosso tempo, ainda que a velocidade dessas trocas tenha aumentado se comparada a décadas anteriores. A disseminação do pensamento conservador, por exemplo, tem raízes na sistematização e divulgação das obras de Edmund Burke, mas as ideias não param, seus seguidores ou debatedores deram continuidade a esse esforço teórico em outras partes do mundo, de modo que o conservadorismo enquanto ideologia inspirou e adquiriu elementos para se pensar, propor e agir dentro das respectivas sociedades e países (Paula, 2022).

O texto aqui proposto é baseado em parte dos resultados da tese de doutorado intitulada “*Processos de formação e reprodução de territórios conservadores de poder no Brasil*”, defendida em 2022 e desenvolvida por este autor no contexto posterior as eleições de 2018, pleito este que marcou a ascensão da extrema direita representada pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro, o esgarçamento social da sociedade brasileira e a consolidação desse segmento como uma das principais forças eleitorais do país.

Neste ensaio, pretendemos demonstrar três elementos/resultados da pesquisa: (I) as características do pensamento conservador, considerando o contexto europeu, estadunidense e brasileiro, com destaque as nossas especificidades baseadas no recorte temporal analisado; (II) os mecanismos pelos quais o pensamento conservador se materializa nos territórios e o papel dos grupos de poder nesse processo; bem como (III) a centralidade do conceito de territórios conservadores de poder como possibilidade teórica e metodológica para leitura geográfica de segmentos das direitas brasileiras, suas bases econômicas, sociais, políticas e territoriais.

Antes de nos aprofundarmos, cabe alertar desde o início que territórios conservadores de poder não correspondem apenas a bases eleitorais ou *distritos eleitorais* de grupos ou atores



políticos tradicionais. São territórios formados a partir de contextos históricos, geográficos e políticos cujos resultados são características específicas e relativamente análogas entre si, ainda que espacialmente distantes uns dos outros, nesses territórios, o conservadorismo se materializa de diferentes maneiras (Paula, 2022).

Territórios conservadores são dotados de elementos materiais e imateriais que fomentam e sustentam consensos conservadores, apropriados, trabalhados e estrategicamente utilizados na reprodução de atores políticos e grupos de poder e, conseqüentemente, dos próprios territórios conservadores no tempo e no espaço (Paula, 2022). A variável *tempo* é fundamental, pois esses territórios permanecem, ainda que a configuração dos grupos de poder e suas estratégias se adequem a novos contextos, caso do recorte temporal da pesquisa em questão, no qual esses territórios foram discutidos sob um governo progressista.

Dadas as considerações iniciais acima, apresentaremos na próxima seção os encaminhamentos metodológicos para o estudo bibliográfico a respeito do pensamento conservador e os critérios que culminaram no agrupamento de 51 deputados federais conservadores de seis estados diferentes. Posteriormente, os principais referenciais teóricos na discussão sobre o pensamento conservador serão discutidos, do ponto de vista histórico e sociológico para em seguida, na seção resultados, discutirmos as características do pensamento conservador e os mecanismos pelos quais esse pensamento se materializa no território, formando territórios conservadores de poder e reproduzindo-os no tempo e no espaço.

## **METODOLOGIA**

O primeiro desafio colocado para a construção da etapa de pesquisa responsável pela caracterização do pensamento conservador foi a definição do marco inicial do recorte temporal e o intelectual que o representasse, ou seja, partir do momento histórico e autor vinculados a sistematização das ideias conservadoras e reconhecidos por seus pares como tal e/ou pela literatura especializada, seja ela no campo da Ciência Política, Ciências Sociais ou da História.

Nesse sentido, identificamos que há convergência sobre a gênese da sistematização do conservadorismo em diferentes autores, sendo estes de contextos temporais e espaciais distintos e trajetórias acadêmicas importantes em suas áreas, tais como Kirk (2001 [1953]), Scruton (2015), Sowell (2012), Escorsim Netto (2011), Souza (2017) e Quadros e Madeira (2018). Destaca-se que entre esses autores há conservadores e não conservadores, o que fortalece nossa decisão de considerar, tal como eles fazem, a obra *Reflexões sobre a Revolução na França*, de Edmund Burke, o marco inicial na sistematização do pensamento conservador na Europa.



A partir daí, utilizamos autores europeus, estadunidenses e brasileiros, com intuito de identificar as características comuns do pensamento conservador que transcendem as diferentes espacialidades. Tal resgate bibliográfico foi realizado considerando as transformações graduais nesse tipo de pensamento, como por exemplo a transição do caráter antiburguês no contexto da Revolução Francesa, observada em Burke (2014 [1790]) para a defesa da sociedade capitalista, das instituições de classe burguesa e de consensos sociais que possibilitem a ideia de progresso e/ou desenvolvimento sem romper com a hegemonia burguesa.

Para traçar relações objetivas entre territórios conservadores de poder e resultados eleitorais com o intuito de compreender tais resultados como uma das causas e consequências da manutenção desses territórios no tempo e no espaço, objetivo geral da pesquisa foi necessário definir procedimentos metodológicos capazes de nos aproximar de *quem* são os deputados conservadores que possuem bases eleitorais relevantes e constantes, bem como delinear características apropriadas para classificá-los como conservadores. Para este ensaio, esse recorte de parlamentares nos possibilita avaliar as particularidades do conservadorismo por eles representado, discutindo-as com base no que levantamos junto a literatura.

Vale o apontamento de que, para esse agrupamento, consideramos o recorte temporal que compreende as eleições de 2002 até a de 2018. Tal escolha baseia-se no processo de reorganização dos grupos de poder em 2002, que culminou na primeira eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (Singer, 2012). A vitória eleitoral de um governo progressista e os seguidos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) representam um período atípico da história política brasileira, nomeado por Singer (2012) de *lulismo* (Paula, 2022).

Outro apontamento importante trata-se da opção metodológica, para o agrupamento de dezenas de deputados federais conservadores, foi construída em consonância com Madeira e Tarouco (2011), mais precisamente sobre a leitura dos espectros ideológicos dos partidos políticos brasileiros. Em nosso recorte, não constam parlamentares que construíram suas trajetórias políticas em partidos de esquerda, ainda que, como indicam Tarouco e Madeira (2013), nada impede, apesar das contradições, que a defesa de pautas da classe trabalhadora conviva com a defesa de tradições e padrões culturais e/ou comportamentais característicos do conservadorismo, que ultrapassa a dicotomia entre esquerda e direita. Contudo, tanto Tarouco e Madeira (2013) como Sheeffler (2016 e 2018) salientam que, considerando a realidade brasileira, os conservadores estão muito mais à direita do que à esquerda.

Consideramos distintas variáveis na construção do agrupamento de parlamentares conservadores, algumas consideradas primárias, detentoras de maior relevância na seleção e outras secundárias, sendo aquelas que apresentam fragilidades quando utilizadas isoladamente



ou comparadas a outros meandros das disputas políticas congressuais (Paula, 2022). As primeiras foram: (I) trajetória partidária dos deputados federais eleitos; (II) quantidade de vezes que o parlamentar foi eleito; (III) vinculações institucionais e de classe; e (IV) postura em votações relevantes no congresso, enquanto as secundárias foram a (V) vinculação a frentes parlamentares de cunho conservador no Congresso Nacional (CN) e a (II) postura pública do parlamentar no CN ou em redes sociais (Paula, 2022).

A Tabela 1, abaixo, mostra quem são os parlamentares e quais Unidades Federativas representam. Nela, temos exposta a trajetória partidária desses agentes políticos, o número de legislaturas que participaram, suas vinculações institucionais e o número de discursos que fizeram ao longo de seus mandatos, sendo eles analisados com apoio do software Iramuteq<sup>2</sup>.

Destaca-se, nesta tabela, a ligação de vários parlamentares a federações industriais ou comerciais, isto é, instituições de classe com interesses a serem representados, bem como a instituições religiosas e/ou profissionais mais restritas. A diversidade de partidos presentes, casos de migração partidária e a atuação protagonista de vários desses parlamentares, demonstradas pelo número de discursos que proferiram, denotam que o agrupamento construído alcançou setores importantes da direita conservadora brasileira.

---

<sup>2</sup> O Iramuteq é um software gratuito que permite ao pesquisador elaborar análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos/palavras. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>.

Tabela 1: Síntese e detalhamento do agrupamento de parlamentares conservadores

Parlamentar e UF	Partidos <sup>3</sup>	Nº de mandatos	Instituições declaradas	Nº de discursos
Mário Silvio M. Negromonte (BA)	PPB/PP/PP	3	-	25
João Felipe de Souza Leão (BA)	PPB/PP/PP	3	-	35
José Carlos Leão de Araújo (BA)	PFL/PL/PDT/PSD	3	Bolsa de Valores Bahia-Sergipe, Salvador, BA, 1985-1990.	44
Cláudio Cajado Sampaio (BA)	PFL/PFL/DEM/DEM/PP	5	-	193
José Alves Rocha (BA)	PFL/PFL/PR/PR/PR	5	-	178
Antônio C. P. de Magalhães Neto (BA)	PFL/PFL/DEM	3	-	96
Paulo Sérgio P. de Magalhães (BA)	PFL/PFL/DEM/PSD	4	-	100
José Carlos Aleluia Costa (BA)	PFL/PFL/DEM	3	-	44
Jutahy Magalhães Júnior (BA)	PSDB/PSDB/PSDB/PSDB	4	-	164
Roberto Pereira de Britto (BA)	PP/PP/PP	3	Federação Baiana de Medicina	107
João Carlos P. Bacelar Filho (BA)	PL/PR/PTN/PR	4	-	14
Arthur de O. Maia da Silva (BA)	PMDB/SD/DEM	3	-	30
Márcio Carlos Marinho (BA)	PRB/PRB/PRB	3	-	29
José Linhares Ponte (CE)	PPB/PP/PP	3	Rotary Club	100
Aníbal Ferreira Gomes (CE)	PMDB/PMDB/PMDB/PMDB	4	-	3
Raimundo Gomes de Matos (CE)	PSDB/PSDB/PSDB/PSDB	4	Lions Clube	58
Maria Gorete Pereira (CE)	PL/PR/PR	3	-	96
Domingos G. de Aguiar Neto (CE)	PSB/PROS/PSD	3	-	30
Genecias Mateus Noronha (CE)	PMDB/SD/SD	3	-	14
Nelson Meurer (PR)	PPB/PP/PP/PP	4	Sindicato Rural Patronal, Francisco Beltrão	-
Dilceu João Sperafico (PR)	PPB/PP/PP/PP	4	-	52
Ricardo José Magalhães Barros (PR)	PPB/PP/PP/PP	4	Federação das Indústrias do Estado	60
Hidekazu Takayama (PR)	PTB/PMDB/PSC/PSC	4	Associação AEADEPAR <sup>4</sup>	127
Moacir Micheletto (PR)	PMDB/PMDB/PMDB	3	Sindicato Rural de Assis Chateaubriand	49
Osmar José Serraglio (PR)	PMDB/PMDB/PMDB	3	-	185
Hermes Parcianello (PR)	PMDB/PMDB/PMDB/PMDB/MDB	5	-	23
Gustavo Bonato Fruet (PR)	PMDB/PSDB/PDT	3	-	62

<sup>3</sup> A ordem dos partidos se relaciona ao mandato exercido, ou seja, o primeiro partido que aparece na lista é àquele ao qual o parlamentar estava filiado na primeira legislatura que exerceu e assim sucessivamente.

<sup>4</sup> Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus do Paraná.

Cezar Augusto Carollo Silvestri <sup>5</sup> (PR)	PPS/PPS/PPS	3	-	7
Fernando Lucio Giacobbo (PR)	PPS/PL/PR/PR/PR	5	-	48
Abelardo Luiz Lupion Mello (PR)	PFL/PFL/DEM	3	União Democrática Ruralista - UDR, PR	10
Eduardo Francisco Sciarra (PR)	PFL/PFL/DEM	3	Federação das Indústrias do Estado do Paraná	110
Luiz Carlos Jorge Haully (PR)	PSDB/PSDB/PSDB/PSDB	4	Associação Comercial e Industrial de Cambé, PR	133
Alex Canziani Silveira (PR)	PSDB/PTB/PTB/PTB	4	Rotary Clube	156
Jacob Alfredo Stoffels Kaefer (PR)	PSDB/PSDB/PSDB	3	Associação Brasileira de Exportadores de Frango	50
Rubens Bueno (PR)	PPS/PPS/PPS	3	-	65
Sandro Alex Cruz de Oliveira (PR)	PPS/PPS/PSD	3	-	185
Júlio Luiz Baptista Lopes (RJ)	PPB/PP/PP/PP	3	-	32
Jair Messias Bolsonaro (RJ)	PPB/PP/PP/PP	4	-	201
Simão Sessim (RJ)	PPB/PP/PP/PP	4	-	132
Eduardo Cosentino da Cunha (RJ)	PPB/PMDB/PMDB/PMDB	4	-	24
Arolde de Oliveira (RJ)	PFL/PFL/DEM/PSD	4	-	128
Rodrigo F. Ibarra Epitácio Maia (RJ)	PFL/PFL/DEM/DEM/DEM	4	-	39
Edson Ezequiel de Matos (RJ)	PSB/PMDB/PMDB	3	-	45
Otavio Santos Silva Leite (RJ)	PSDB/PSDB/PSDB	3	-	86
Pedro Paulo Carvalho Teixeira (RJ)	PMDB/PMDB/DEM	3	-	-
Henrique Eduardo Lyra Alves (RN)	PMDB/PMDB/PMDB	3	-	34
Sandra Maria da E. Rosado (RN)	PMDB/PSB/PSB	3	Cooperativa Vale do Apodi	96
Felipe Catalão Maia (RN)	PFL/DEM/DEM	3	Fed. das Câmaras dos Dirigentes Lojistas	84
Fábio Salustino Mesquita de Faria (RN)	PMN/PMN/PSD/PSD	4	-	41
Carlos Eduardo Gomes Torres (TO)	PSDB/PSDB/PSDB	3	-	73
Maria Auxiliadora S. Rezende (TO)	DEM/DEM/DEM	3	-	20

**Fonte:** TSE e Câmara.  
**Org.:** PAULA, R. F. (2022).

<sup>5</sup> Apesar de o PPS estar posicionado como partido de centro na literatura, o referido parlamentar pertence a um grupo de poder tradicional em Guarapuava, como evidenciado por Silva (2007). Rubens Bueno (PPS) também foi considerado devido a outros filtros, como as votações no CN.



## REFERENCIAL TEÓRICO

Edmund Burke foi contemporâneo da Revolução Francesa, acompanhando-a da Inglaterra. Nela, o autor faz duras críticas aos objetivos, métodos e resultados da revolução a partir das convicções, visão de mundo e sociedade que compartilhava. É importante ressaltar que Burke foi um intelectual dedicado também a debates em defesa dos católicos irlandeses em meio ao avanço das ideias iluministas e das reivindicações dos colonos norte-americanos em seu tempo, porém, as críticas à Revolução Francesa foram o principal legado deste teórico (Paula, 2022).

Em *Reflexões sobre a Revolução na França*, Burke (2014 [1790]) pauta seus argumentos considerando que todos os homens, apesar de serem igualmente julgados perante Deus, são naturalmente diferentes em vários aspectos da vida, seja por seu nascimento (nobreza *versus* plebe), capacidade cognitiva (sábios *versus* ignorantes), beleza (belos *versus* feios) e talento (talentoso *versus* obtuso). Declarado defensor da aristocracia, Burke temia o controle do poder pelas classes emergentes, como a burguesia e o proletariado franceses, segmentos sociais resultantes das contradições internas e externas à Revolução Francesa e considerados incapazes da posição de governabilidade em razão de suas origens (Paula, 2022).

Essa concepção da realidade expõe a naturalização das hierarquias sociais. A sociedade de classes e as desigualdades sociais compõem, na análise burkeana, um quadro hierárquico que além de natural, é perene e insuperável: “É, pois, um atentado contra a natureza a imposição de um princípio como o da igualdade social. A luta por ela, um atentado contra a ordem divina” (BURKE, 2014 [1790], p. 369). A revolução francesa foi, nessa perspectiva, um momento de degradação ou decadência social, cujos resultados foram o rebaixamento e/ou a destruição das tradições e valores comuns e da ordem social estabelecida (Souza, 2016).

Outros nomes importantes para compreendermos a construção do pensamento conservador europeu são Alexis de Tocqueville e Auguste Comte, ambos franceses e duas das principais referências para o desenvolvimento do pensamento conservador no século XIX. O caráter de *marcha irreversível da história* é observado nas principais obras destes autores, seja no que se refere à Revolução Francesa e, principalmente, na superação da sociedade aristocrática:

No meio das trevas do futuro já podemos descobrir três verdades muito claras. A primeira é que em nossos dias todos os homens estão sendo levados por uma força desconhecida que temos a esperança de poder regular e abrandar, mas não de vencer, e que os impede branda ou violentamente a destruir a aristocracia. A segunda é que, em todas as sociedades do mundo, aquelas que sempre encontrarão as maiores



dificuldades em escapar por muito tempo ao governo absoluto serão precisamente estas sociedades onde não há mais e não pode mais haver uma aristocracia. A terceira é que em nenhum lugar o despotismo poderá produzir efeitos mais nocivos que neste tipo de sociedade, porque mais de que qualquer outra espécie de governo favorece o desenvolvimento de todos os vícios aos quais estas sociedades são especialmente sujeitas e assim as empurra em uma direção à qual uma inclinação natural já as fazia pender (TOCQUEVILLE, 1979 [1856], p. 46).

A colocação, acima, demonstra a aceitação do processo revolucionário como algo irreversível, notabilizando a importância em não reduzirmos o pensamento conservador a um campo imutável, afinal, se faz presente a aceitação do processo revolucionário e a mudança da abordagem conservadora no que se refere à democracia e sobre as relações entre a Igreja e o Estado. Em sua viagem aos Estados Unidos da América, período no qual desenvolveu a obra “*A democracia na América*”, Tocqueville mostrou-se simpático à democracia e ao fato de o povo participar ativamente da composição dos poderes executivo e legislativo, para o autor “O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo” (TOCQUEVILLE, 2005 [1835], p. 68).

Tocqueville destaca positivamente o cristianismo nos Estados Unidos, adjetivando-o como democrático, republicano e capaz de fomentar ideais de negócios. Em sua interpretação, a política e a religião sempre estiveram de acordo na democracia dos Estados Unidos, sendo desnecessário, portanto, a Igreja enquanto instituição figurar como parte da estrutura do Estado, pois os valores cristãos seriam indissociáveis da sociedade estadunidense, tal premissa se conecta à visão sobre a moral humana de Comte (1875), necessariamente atrelada à uma superioridade divina, caso contrário seria ilusória.

A moral humana possui papel central na construção das sociedades sem desvios ou crises revolucionárias que, segundo Comte (1875), assombravam os povos civilizados, afinal “[...] a moralidade humana tem a mesma solidez e grandeza que a ciência humana. É o resultado do trabalho da razão sobre os sentimentos, como a ciência é o resultado do trabalho da razão sobre o mundo exterior” (COMTE, 1875, p. 178).

Discutir o positivismo *comteano* em profundidade não é o nosso objetivo, porém, o fato de a filosofia positiva considerar que todos os fenômenos estão submetidos a leis naturais e invariáveis, remete à condição de naturalização das desigualdades, afinal, essas passam a fazer parte de uma sociedade que funciona segundo as leis da natureza. Nesse sentido, processos de emancipação e/ou revolucionários não figurariam entre as leis naturais mantenedoras da sociedade burguesa, por isso, compartilhamos da leitura de Escorsim Netto (2011, p. 46) ao explicar que:



Cumprida a sua *missão histórica* progressista e revolucionária, a burguesia, convertida em classe dominante, deixa de representar os interesses do conjunto da sociedade (representação que, ao situá-la legitimamente no centro do arco de forças antifeudais – o povo –, tornou possível a sua vitória no confronto com o *Ancien Régime*) e é levada à defesa de seus estritos interesses particularistas. O protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou.

Para a autora, Tocqueville e Comte transformaram o caráter *antiburguês* do conservadorismo burkeano para *antiproletário*, afinal, num plano superior, havia em ambos a busca de uma ordem social frente a um presente irreversível e ameaçador. Em Tocqueville, a busca por uma democracia controlada, e capaz de evitar a tirania da maioria sobre a minoria, enquanto em Comte, o conhecimento positivo garantiria a estabilidade social (Escorsim Netto, 2011).

Durkheim (1999 [1893]), em linha semelhante a Comte (1875), buscou a construção de uma ciência vinculada ao conceito de moral. A autonomia do indivíduo, os sentimentos coletivos, o Estado social e a divisão do trabalho, em Durkheim, são elementos constitutivos da moralidade. O caráter conservador da ciência da moral, em Durkheim, é evidente quando o autor aponta que “É impossível que as ofensas aos sentimentos coletivos mais fundamentais sejam toleradas sem que a sociedade se desintegre” (DURKHEIM, 1999 [1893], p. 418) e, ainda, a visão de Estado como elemento constituinte e perene, a ser conservado junto a moral.

Essa visão de Estado como elemento fundamental a ser conservado ou reformado, não destruído ou revolucionado, é compartilhada por Durkheim e outros autores trabalhados nesse tópico, será contestada por autores do campo liberal e/ou metamorfoseada dentro do pensamento conservador, que absorverá características do liberalismo norte-americano e da escola austríaca (Paula, 2022).

As transformações citadas no parágrafo anterior que atingiram o conservadorismo se dão, em grande medida, no século XX, especialmente até os anos 1970 e caracteriza-se como uma passagem gradual do conservadorismo clássico à formação do conservadorismo moderno. Alguns dos expoentes dessas nuances não serão discutidos nesse ensaio, dada a limitação de espaço, mas a menção a eles é essencial, pois compõem segmentos caros ao conservadorismo do século XX, como o anticomunismo no contexto da Guerra Fria, as tradições religiosas e de estruturas familiares, as visões sobre o Estado e a sociedade, enfim, uma série de nuances. São protagonistas desse debate: Walter Scott, Samuel Taylor Coleridge, John Randolph e John C. Calhoun, Gilbert Keith Chesterton, Whittaker Chambers, Raymond Aron, Richard Weaver, Thomas Sowell, entre outros.



Novas questões e desafios surgem para a intelectualidade conservadora no século XX, dentre eles o avanço do comunismo, considerando o impacto da Revolução Russa em 1917. Chesterton (2010 [1925]), na primeira metade deste século, e Raymond Aron (1966) na segunda, são autores relevantes na resposta conservadora à onda soviética, seja no período revolucionário ou no pós-guerra.

Em síntese, Chesterton (2010 [1925]) e Aron (1966) apresentam novos debates e preocupações teóricas em suas análises, em síntese, são elas: (I) o anticomunismo, seja ele interpretado como algo antinatural, anticlerical, ou associado à regimes malquistos como o fascismo e o nazismo; (II) a visão da família em moldes tradicionais da sociedade judaico-cristã ocidental, como instituição base e perene na sociedade, sendo sua preservação essencial; (III) a compreensão de que a interferência do Estado na economia não é necessariamente antidemocrática ou comunista, desde que o Estado respeite as diretrizes de mercado; e (IV) a vinculação da democracia com a existência de partidos múltiplos, porém, obrigatoriamente consensuais em relação à constituição e leis existentes, ou seja, partidos não-revolucionários (Paula, 2022).

Nos Estados Unidos da América, Richard M. Weaver destaca-se como um autor que aglutina traços do pensamento presentes em Chesterton (2010 [1925]) e Aron (1966). O autor é incisivo em sua crítica aos comunistas, aproximando-os dos intelectuais, fundindo-os. Tal estratégia foi aprofundada em Sowell (2012), que reduziu setores acadêmicos e Universidades como espaços de doutrinação ideológica. Para o autor, mesmo a educação escolar seria enviesada à esquerda, pois os professores seriam a periferia da intelectualidade universitária, comprometida ideologicamente com o comunismo.

No que diz respeito à família, Weaver (2012 [1948]) problematiza a presença da mulher no mercado de trabalho. Para o autor, tal configuração rebaixamento e perda de prestígio feminino, anteriormente vinculado ao papel de dama, mãe e responsável do lar. Do mesmo modo, o cavalheirismo desapareceu a partir da inserção das mulheres no mercado de trabalho e das mudanças nas relações familiares daí resultantes.

Weaver também se debruçou sobre questões culturais. Em sua ótica, há uma espécie de hierarquização cultural, ou seja, algumas manifestações culturais são consideradas belas, encantadoras e românticas, enquanto outras, nocivas, desintegradoras, bárbaras entre outras adjetivações. Sua análise sobre o Jazz expõe essa estratificação:

Temos aqui, de fato, uma música que pode acompanhar o empirismo, e é perfeitamente natural que os maiores admirados do jazz se encontrem entre pessoas primitivas, entre os jovens e entre as pessoas (um tanto numerosas, ao que parece) que



se deleitam com a ideia de destruir nossa civilização. O fato de os temas abordados pelo jazz (na medida em que se pode dizer que aborde algum tema) serem inteiramente sexuais ou cômicos (temas de amor sem nenhuma distância estética e temas cômicos que não obedecem à lei da proporção) mostra como a alma do homem moderno deseja uma desordem orgiaca. E admite-se que aquilo que o homem expressa em seu tipo de música preferido ele muito provavelmente expressará em suas práticas sociais (Weaver, 2012 [1948], p. 97).

A visão pró-indivíduo também é predominante entre os conservadores. Para Oakeshott (2020), instrumentos democráticos como partidos políticos e assembleias legislativas eleitas por sufrágio universal são vitórias dos “anti-indivíduos”, que escolhem representantes e, conseqüentemente, abstém-se da responsabilidade das decisões. Tal fundamento também é percebido nas contribuições de Russel Kirk.

Kirk (2001 [1953]) aponta os Estados Unidos e o Reino Unido como exemplos de hegemonia do pensamento conservador e, conseqüentemente, de sucesso político dos representantes desse campo. Entre suas preocupações, têm espaço o equilíbrio entre o indivíduo e o senso de coletividade; o fortalecimento da religiosidade e seus ideais no tecido social; a manutenção da ordem, da disciplina e da estratificação social; o temor relativo a pressões que visam políticas de distribuição de renda por parte do Estado; e a necessária resistência às ideologias tidas como utópicas.

Sowell (2011 e 2012), estadunidense, e Scruton (2015), britânico, são autores que buscaram destacar os consensos em vez dos conflitos entre liberais e conservadores, um fenômeno que se faz presente nos debates a respeito do pensamento conservador nessas escolas e também no Brasil. Em suas reflexões, os autores refletem sobre as razões da pobreza e da desigualdade; a defesa da racionalidade do mercado, mas também se faz presente o nacionalismo e soberania do Estado-nação, especialmente em Scruton (2015).

Especificamente sobre o Brasil, que discutiremos com maior ênfase no tópico de resultados, destacaremos dois autores que sintetizam a leitura sobre o conservadorismo brasileiro: Souza (2017) e Beired (2007). O primeiro aponta que os valores e as noções partilhadas pelos segmentos conservadores e liberais no Brasil advêm das ideias de patrimonialismo e de populismo, desenvolvidas por teóricos brasileiros ligados à Universidade de São Paulo, em especial Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Raymundo Faoro. Destaca-se o fato de que no Brasil liberais e conservadores historicamente convergem, ainda que não sejam um bloco uno e/ou homogêneo.

Para Souza (2017), o debate sobre patrimonialismo, homem cordial e o jeitinho brasileiro caminham juntos nas obras desses teóricos clássicos que versam a respeito da formação social brasileira. A ideia do patrimonialismo torna o Estado um alongamento



institucionalizado do homem cordial, aquele que toma suas decisões a partir de critérios emocionais e personalistas, logo, corruptível. A corrupção é sempre estatal, afinal, suas relações são marcadas por ligações socioemocionais dos sujeitos, enquanto o mercado seria o agente que transforma o homem em produtivo, honesto, criterioso e pragmático o que, aos olhos do liberalismo conservador brasileiro, seria a sociedade estadunidense.

Beired (2007) menciona que as correntes de direita conservadora no Brasil não eram totalmente coesas, pois havia diferenças consideráveis em suas fundamentações e projetos de país. O autor destaca a importância desse setor no campo intelectual brasileiro e aponta três polos ideológicos da direita brasileira entre meados da década 1930: católica, cientificista e fascista.

A vertente católica teve como maior expoente Jackson Figueiredo, fundador da revista “A Ordem” e do “Centro Dom Vital”. O objetivo desse segmento era reverter o processo de perda de poder e centralidade da igreja católica na política nacional, recriando um Estado em simbiose com a Igreja, sendo a última um baluarte na luta contra o comunismo. A vertente cientificista defendia uma concepção de viés tecnocrático e modernizante, envolveu cientistas sociais de diversas áreas do conhecimento que buscavam a elaboração de um pensamento nacional capaz de refletir sobre a formação do Brasil e seus desafios (Beired, 2007).

Por último, a vertente fascista, representada pelo integralismo e por seu líder Plínio Salgado, incorporou ao discurso nacionalista o tradicionalismo religioso do salazarismo português, o corporativismo do fascismo italiano e o antissemitismo do nazismo alemão. Divulgado em 1929, O Manifesto do Verde-amarelismo, elaborado a partir das influências dos movimentos totalitários europeus e o grupo Anta, dissidência do Verde-amarelismo, apontavam as limitações da estrutura republicana com o ideário nacionalista, bem como acusava-a de agnóstica e incapaz de conter o avanço do comunismo (Beired, 2007).

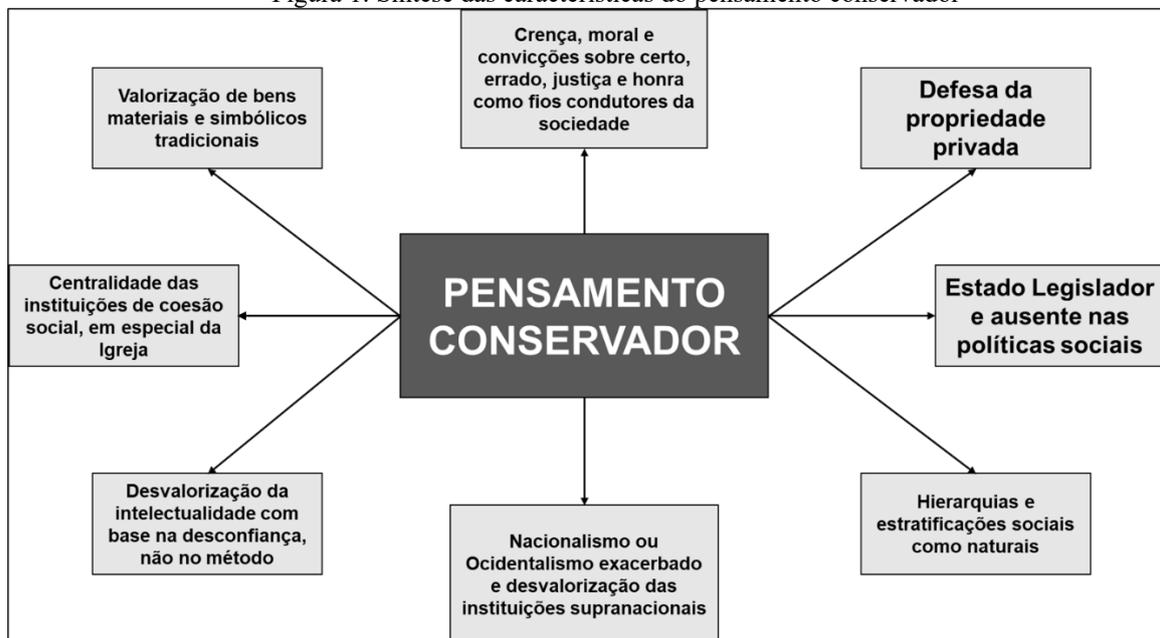
As considerações de cunho teórico deste tópico nos permitem iniciar o tópico seguinte, voltado aos resultados, com as características que marcam o pensamento conservador, considerando sua gênese europeia e as mudanças oriundas de outros contextos sociais e espaciais, neste caso, nos Estados Unidos e no Brasil.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando o que discutimos no tópico anterior, quando concentramos esforços no processo de sistematização e caracterização do pensamento conservador na Europa, Estados Unidos e Brasil, concluímos, ressaltando as variações dos respectivos contextos nos quais essas

sociedades estão inseridas, que essa matriz ideológica apresenta as seguintes características gerais:

Figura 1: Síntese das características do pensamento conservador



Org.: Paula, 2022.

A Figura 1 foi construída com base nas características que encontramos inicialmente em Burke (2014 [1790]), como a visão de Estado reformista; hierarquias e desigualdades sociais irreversíveis; preservação da sociedade aristocrática (no contexto do autor); e a defesa da base moral cristã-ocidental permanente. Essas ideias foram sendo ressignificadas por conservadores de outros tempos, espaços e contextos, resultando na inserção de novos elementos, ainda que este não tenham rompido integralmente com as bases fundamentais dessa matriz ideológica.

As noções e defesas de Burke obviamente não se repetem *strictu sensu* no conservadorismo do século XX e XXI, mas as bases estruturais do pensamento conservador ainda guardam valores, crenças e “verdades” há muito tempo propagadas por conservadores, como discutimos no tópico anterior. As características descritas na Figura 1, portanto, resumem as ideias de muitos autores conservadores além de Burke, tais como: Alexis de Tocqueville, August Comte, Émile Durkheim, Walter Scott, Samuel T. Coleridge, John Randolph e John C. Calhoun, Gilbert K. Chesterton, Whittaker Chambers, Raymond Aron, Richard Weaver, Thomas Sowell, Roger Scruton, entre outros, bem como os brasileiros Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Gilberto Freyre e Oliveira Viana.

Mas há também o conservadorismo nas vozes que sustentam os territórios conservadores de poder no Brasil, observadas através dos discursos dos 51 parlamentares que



constituíram nosso agrupamento metodológico. Seus discursos convergem para as características do pensamento conservador expostas na Figura 1, mas também trazem particularidades nacionais do contexto político e social das primeiras duas décadas do século XXI, período no qual, relembramos, o Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Dentre essas particularidades, podemos apontar o reconhecimento por parte dos parlamentares conservadores brasileiros das desigualdades regionais e sociais como problemas nacionais; o que, por conseguinte, leva-os a defender o Estado não apenas um regulador da vida social, mas como indutor de políticas compensatórias, o que implica num conservadorismo de teor regionalista, ainda que com um discurso nacionalista ou patriótico.

A defesa da propriedade privada vinculada ao anticomunismo é uma marca nos discursos conservadores desses parlamentares, que também se mostraram desconfiados e críticos aos intelectuais que ocupam as Universidades brasileiras, marcados como “comunistas” ou “petistas”. Contudo, vale a ressalva de que os mesmos se mostraram favoráveis a expansão universitária durante os dois primeiros mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O pensamento conservador é indissociável aos territórios conservadores de poder. Isso pode parecer, *a priori*, uma obviedade, mas cabe ressaltar que o pensamento conservador ultrapassa a materialidade do território e apropria-se também da imaterialidade, de modo que, mesmo a partir de mudanças sociais significativas no campo econômico e social (maior renda, escolaridade, acesso à informação etc.), os territórios seguem conservadores (Paula, 2022).

Territórios conservadores de poder não representam apenas outra categoria territorial, mas, sim, uma situação temporal e espacial que pode caracterizar territórios cujas alternativas de resistência estejam sufocadas pelo aparato conservador construído e mantido no tempo e no espaço pelos grupos de poder nele enraizados:

[...] os territórios conservadores se constituem mediante relações e ideias que se transformam em ações conservadoras. São elas que fazem com que os territórios formados a partir daí se tornem, também, simbolicamente conservadores. Mas os territórios podem ser conservadores em virtude de algo mais amplo (que também justifica sua formação em outras regiões do país), vinculado ao próprio processo de formação patrimonialista do Estado brasileiro e das relações políticas daí decorrentes, como o clientelismo, a troca de favores, a dominação tradicional de posse patrimonial e o oligarquismo. [...] As estruturas, as instituições, as concepções, os valores do passado com elas se reproduzem, não permitindo que o novo o seja verdadeiramente (SILVA, 2007, p. 116-117).

Em síntese, a abordagem geográfica a partir do conceito de territórios conservadores permite a identificação e a compreensão dos grupos de poder enraizados nestes territórios, suas



estratégias de ação e dominação em diferentes aspectos (sociais, políticos, econômicos, tradicionais etc.), e a visualização das conexões desses territórios com outros, via instituições de classe, partidos políticos, vínculos empresariais, movimentos digitais, neopentecostais etc.

Como, então, *o conservadorismo se materializa nos territórios? Como os territórios conservadores de poder, marcados pela hegemonia do pensamento conservador em seus aspectos materiais e imateriais, se reproduzem no tempo e no espaço?* Sintetizaremos, a partir de agora, os elementos que explicam tais indagações, que foram amplamente discutidas na tese que inspira este texto.

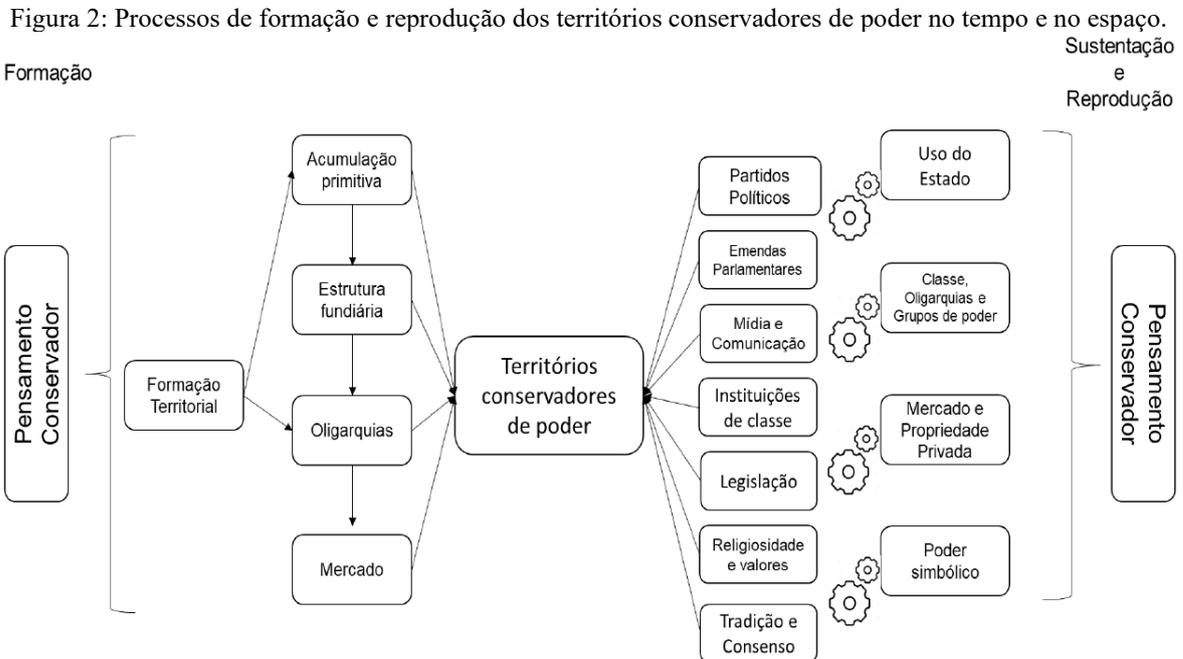
De modo algum negamos que existam particularidades locais e/ou regionais que interferem na configuração, dimensão e/ou alcance dos territórios conservadores de poder. Nossa investigação abordou seis estados brasileiros: Bahia, Ceará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Tocantins, e percebemos que o processo de formação destes territórios é marcado por semelhanças importantes.

A primeira delas é a relação entre formação territorial e o processo de acumulação primitiva. A apropriação, expropriação e/ou o saque violento de imensas áreas de terras às custas de vidas humanas são as principais evidências do processo de acumulação primitiva, conduzido pelos europeus durante a colonização das américas (Harvey, 2005). Darcy Ribeiro, em sua obra *“O Brasil como problema”* dá o maravilhoso (em termos didáticos) e tenebroso exemplo (dada a realidade cruel), quando trata do “moinho de gastar gente”, referindo-se à exploração do trabalho indígena e africano.

O caso brasileiro, portanto, é parte dessa realidade e é acompanhado *pari passu* à escravidão como elemento sustentador da estrutura econômica e social do Brasil (Souza, 2017). O Brasil não foi a única colônia a adotar a escravidão, mas a dimensão espacial, temporal e o total de vidas humanas envolvidas nesse processo são absolutamente decisivos para a constituição dos territórios conservadores de poder. A acumulação primitiva materializa-se também na estrutura fundiária dos territórios e em relações de poder e dominação absolutamente dissimétricas, associadas ao surgimento de oligarquias locais e regionais ou a presença do familismo, compreendidos aqui como fatores políticos e territoriais, com bases materiais não necessariamente limitadas ao vínculo com propriedades rurais (Paula, 2022).

Esses grupos emergem, se territorializam e se reproduzem a partir de desdobramentos e condicionantes de mercado inerentes ao capitalismo ou via ação do Estado que representem interesses privados em, por exemplo, projetos de colonização e/ou na ocupação do território nacional. Desse modo, esses grupos avançam territorialmente a partir de processos de expropriação, grilagem e acumulação. Criam mercados onde o valor de troca impera em relação

ao valor de uso das comunidades tradicionais, dada a crescente valorização e dinamização econômica do território, fomentada pelo Estado. O lado esquerdo da Figura 2 sintetiza esse processo:



Fonte: Paula (2022, p.267).

O lado direito da Figura 2, por outro lado, apresenta os elementos responsáveis e/ou capazes de sustentar e reproduzir os territórios conservadores de poder. Novamente, falamos da transição da imaterialidade do pensamento conservador para sua materialização nos territórios via ações, instituições, políticas e outras estratégias representadas na figura.

No canto superior direito aparece o *uso do Estado*, que se dá especialmente através dos papéis desempenhados pelos partidos políticos no CN e de emendas parlamentares como mecanismo de sustentação eleitoral dos grupos de poder conservadores. Se sustentados eleitoralmente, sustenta-se o modelo de atuação no CN que representam e o projeto de país e/ou de sociedade que defendem. O segundo elemento se refere as estruturas sociais ou desdobramentos sociais, políticos e territoriais: *classe, oligarquias e grupos de poder*. Territórios conservadores são também sustentados e reproduzidos por tais estruturas e pelas redes construídas por diferentes agentes políticos, cujos parlamentares conservadores estudados nesta pesquisa ocupam posições privilegiadas (Paula, 2022).

A mídia e instituições de classe funcionam como engrenagens que colocam em prática os interesses e ideologias dessas frações de classe. As instituições possibilitam às lideranças do campo conservador ou liberal-conservador se reproduzirem perante os seus, afinal, tais



instituições podem configurar espaço de debate e/ou consenso no interior das classes hegemônicas (Paula, 2022).

*Mercado e propriedade privada* também utilizam as engrenagens mencionadas no parágrafo anterior, além de instrumentos legislativos legitimadores e/ou garantidores de sua lógica hegemônica na sociedade. As instituições de classe e os veículos de comunicação/mídia são instrumentos centrais na divulgação e validação dos conceitos que compõem as ideologias das frações das classes dominantes, que envolvem, entre outras coisas, a proteção constitucional ao capital e a *racionalidade* imposta pelo mercado como razão única (Dardot e Laval, 2016), responsável por conduzir das relações de trabalho às relações sociais e vida privada.

Por último, temos o *poder simbólico*. Um dos elementos fundamentais na sustentação e reprodução dos territórios conservadores, funciona como apoio e/ou suporte aos demais citados na Figura 2. A disseminação, reflexão e assimilação dos discursos e interesses de classe ocorrem a partir dos símbolos, tradições, dos consensos e da fé. De maneira geral, são processos que envolvem a subjetividade dos sujeitos em suas relações cotidianas com materialidade da economia, da sociedade e do território (Paula, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi apresentar e discutir, inicialmente, as características do pensamento conservador a partir das principais referências dessa matriz ideológica desde sua sistematização, em Edmundo Burke, no contexto da Revolução Francesa e ascensão burguesia, até o início do século XXI. Trouxemos também aspectos do conservadorismo baseados nos discursos proferidos no CN por parlamentares conservadores brasileiros que representaram diferentes estados em várias legislaturas.

Na segunda parte do texto, exemplificamos os mecanismos pelos quais o pensamento conservador se materializa nos territórios, sendo este fenômeno causa e consequência dos processos de formação e reprodução de territórios conservadores de poder, conceito este fundamental para a compreensão das relações de poder nos territórios, do avanço do conservadorismo no país e suas bases territoriais.

Territórios conservadores de poder, portanto, possibilitam, teórica e metodologicamente, a leitura geográfica de segmentos das direitas brasileiras, a investigação de suas bases econômicas, sociais, políticas, eleitorais e territoriais. O contexto nacional exige, da Geografia, o protagonismo no debate a respeito do avanço do conservadorismo e suas bases e estratégias territoriais.



## REFERÊNCIAS

ARON, R. **Democracia e Totalitarismo**. Lisboa: Presença, 1966.

BEIRED, J. L. B. Os intelectuais e a direita autoritária no Brasil. **Estudios Sociales**, p. 123-154, 2007.

BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução: José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014. [1790].

CHAMBERS, W. **Witness**. Washington: Regnery Gateway, 1952.

CHESTERTON, G. K. **O Homem Eterno**. São Paulo: Mundo Cristão, 2010. [1925].

COLERIDGE, S. T. **On the constitution of the church and State**: according to the idea of each. Oxford: Hurst, 1830.

COMTE, A. **Principios de filosofia positiva**. Santiago: Libreria de Mercurio, 1875.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial, 2016.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 2ªed, São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1893].

DURKHEIM, É. **O suicídio**. 2ªed, São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1897].

ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FAORO, R. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. Globo Livros, 2001 [1958].

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

KIRK, R. **The conservative mind**: Burke to Santayana. Chicago: Henry Regnery Company, 2001[1953].

OAKESHOTT, M. **Conservadorismo**. 6.ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

PAULA, R. F. Processos de formação e reprodução dos territórios conservadores de poder no Brasil. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná. Unicentro. 2022.

QUADROS, M. P. dos Reis; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, n.3, p. 486-522, set-dez. 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. 29.ed. São Paulo: Ática, 1993.



SCHEFFER, F. Ideologia e Comportamento Parlamentar na Câmara dos Deputados: Faz Sentido ainda Falar em Esquerda e Direita? Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2016. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

SCHEEFFER, F. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. **Revista E-Legis**, v.11, n. 27, [24] p. 2018.

SCRUTON, R. **Como ser um conservador**. 1º ed., Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, J. M. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, M. da. **Análise política do território**. Guarapuava/Paraná: Editora da Unicentro, 2007.

SINGER, A. V. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador** – São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOWELL, T. **Os Intelectuais e a Sociedade**. tradução de Maurício G. Righi. São Paulo: É Realizações, 2011.

SOWELL, T. **Conflito de visões: origens ideológicas das lutas políticas**. Tradução de Margarita Maria Garcia Lamelo. São Paulo: É Realizações, 2012.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates (UFRGS)**, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 93-114, maio-ago. 2013.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 24-39, 2015.

TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução**. Brasília: UnB, 1979 [1856].

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu Estado social democrático**. 2ºed, São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1835].

VIANA, F. J. O. Instituições políticas brasileiras. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999 [1949].

WEAVER, R. M. **As ideias têm consequências**. São Paulo: É Realizações Editora, 2012 [1948].